

Curitiba, 03 de janeiro de 2020.
Memorando nº 023/DELI/2020.

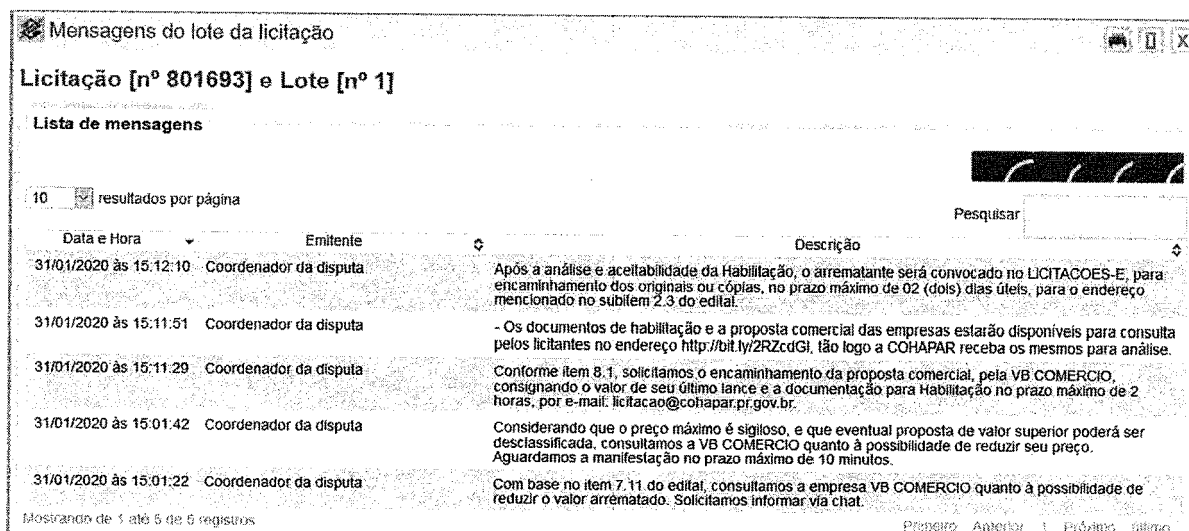
De: DELI
Para: GABI

Ref: Licitação Pública nº 02/2020 – RPE – SRP – Material de Cantina – Anulação – requisitos de habilitação

Prezado Diretor-Presidente

No dia 31/01/2020 foi aberta a licitação em epígrafe para seleção da proposta mais vantajosa, visando o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de **MATERIAL DE CANTINA para atendimento da Sede e dos Escritórios Regionais (ER) da Companhia**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que se tem como parte integrante deste Edital (Anexo I), para atender as necessidades da COHAPAR.

Encerrada a etapa de disputa, a empresa VB COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-ME foi a melhor classificada com proposta no valor de R\$6.199,00. Na sequência, a empresa foi convocada no chat do sistema Licitações- e do BB para envio da proposta e demais documentos exigidos no edital, notadamente quanto aos documentos elencados no Anexo II do Edital. Confira-se o teor do chat do sistema:




Data e Hora	Emitente	Descrição
31/01/2020 às 15:12:10	Coordenador da disputa	Após a análise e aceitabilidade da Habilitação, o arrematante será convocado no LICITACOES-E, para encaminhamento dos originais ou cópias, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para o endereço mencionado no subitem 2.3 do edital.
31/01/2020 às 15:11:51	Coordenador da disputa	- Os documentos de habilitação e a proposta comercial das empresas estarão disponíveis para consulta pelos licitantes no endereço http://bit.ly/2RZcdGI , tão logo a COHAPAR receba os mesmos para análise.
31/01/2020 às 15:11:29	Coordenador da disputa	Conforme item 8.1, solicitamos o encaminhamento da proposta comercial, pela VB COMERCIO, consignando o valor de seu último lance e a documentação para Habilitação no prazo máximo de 2 horas, por e-mail: licitacao@cohapar.pr.gov.br .
31/01/2020 às 15:01:42	Coordenador da disputa	Considerando que o preço máximo é sigiloso, e que eventual proposta de valor superior poderá ser desclassificada, consultamos a VB COMERCIO quanto à possibilidade de reduzir seu preço. Aguardamos a manifestação no prazo máximo de 10 minutos.
31/01/2020 às 15:01:22	Coordenador da disputa	Com base no item 7.11 do edital, consultamos a empresa VB COMERCIO quanto à possibilidade de reduzir o valor arrematado. Solicitamos informar via chat.

Mostrando de 1 até 5 de 5 registros

Primeiro Anterior 1 Próximo Último

Todavia, na mesma data o representante legal da empresa VB COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI-ME entrou em contato com o DELI informando que não havia localizado o Anexo II do Edital, ou seja, não conseguiu acesso aos requisitos de habilitação.

Na sequência, o DELI promoveu as consultas necessárias e verificou que o edital havia sido publicado sem o Anexo II, nada obstante a existência de referências expressas a tal anexo no edital.



Assim, os licitantes não tiveram acesso aos requisitos de habilitação exigidos, uma vez que tais requisitos, os quais deveriam constar do Anexo II do Edital, não foram disponibilizados.

Nesse sentido, tem-se que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR, o RILC, estabelece os elementos que devem constar do instrumento convocatório:

Art. 46 O instrumento convocatório deverá ser elaborado pela Unidade de licitações e conterá, conforme o caso, os seguintes elementos:

(...)

VIII - requisitos para habilitação;

Desta feita, verifica-se a ocorrência de um vício insanável, visto que as informações relativas à habilitação deveriam constar do instrumento convocatório.

Logo, considerando a existência de um vício insanável, a anulação do certame é medida que se impõe. Nesse sentido, confira-se o teor do Enunciado 473 da Súmula do Supremo Tribunal Federal:

Enunciado 473 da Súmula do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Ademais, necessário registrar que não houve prejuízo ao caso em tela, visto que não houve contratação de qualquer empresa. Ainda quanto ao tema, impende registrar o teor do art. 62, §1º da Lei nº 13.303/16:

Art. 62. Além das hipóteses previstas no § 3º do art. 57 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 75 desta Lei, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

§ 1º A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º A nulidade da licitação induz à do contrato.

§ 3º Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no inciso III do caput do art. 51 desta Lei, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder aos licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 4º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta. (destaque nosso)

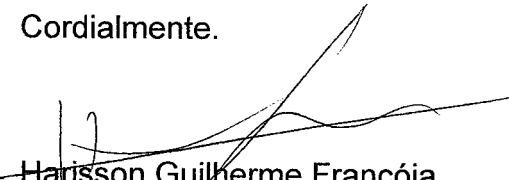
Diante do exposto, necessário proceder à anulação do presente certame em razão de vício no tocante à não disponibilização dos requisitos de habilitação no edital. Desta forma, para que ocorra a correta anulação do certame, de forma a evitar eventuais prejuízos, o processo deverá seguir o seguinte trâmite:

- a) Remessa ao GABI para decisão quanto à intenção de anulação do certame;
- b) Retorno ao DELI para publicidade da decisão, bem como para comunicar os licitantes quanto à intenção de anulação e prazo para manifestação e exercício do contraditório prévio;
- c) Prazo de 5 dias de manifestação prévia dos interessados;
- d) Decisão da COHAPAR de anulação;
- e) Retorno ao DELI para publicação da decisão e abertura do prazo recursal de 5 dias úteis;

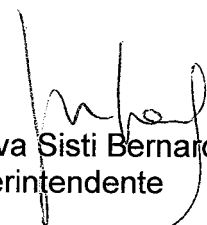
Após encerrado o prazo de recursos e sem manifestações contrárias, o edital deverá ser republicado pelo DELI com as alterações necessárias para incluir os requisitos de habilitação, ou seja, a inclusão do referido Anexo II no edital.

Ante o exposto, segue o presente expediente para conhecimento e deliberação do Sr. Presidente.

Cordialmente.


Harisson Guilherme França
DELI- Gerente, em exercício

De acordo.


Jaqueline Silva Sisti Bernardelli de Godoy
SUAC - Superintendente



C

C